

A QUESTÃO DO CEMITÉRIO ISRAELITA NA ILHA DA BOAVISTA (1915/1923)

Cláudia Correia*

1. A presença

Em 1915, o hebreu Adolpho Benarus, Secretário Geral da Comunidade Israelita de Lisboa, escrevia uma carta para o amigo e Governador da Província de Cabo Verde, lembrando-lhe a questão do cemitério israelita no sítio denominado Pico da Rixa na ilha da Boavista, no arquipélago de Cabo Verde, bem como a sua amável promessa de se interessar pelo assunto, reclamando, também, que era justa a pretensão do Comité, pretensão essa que entretanto já tinha sido manifestada directamente ao Ministro das Colónias. Que questão e que pretensão eram essas a ponto de envolver a Comunidade Israelita de Lisboa, o Governador e o Ministério das Colónias em relação ao cemitério israelita da ilha da Boavista?

Antes de entrarmos na análise dessa questão, achamos indispensável, para melhor situarmos esse acontecimento, fazer referência, pelo cotejamento de vários documentos escritos e existentes no Arquivo Histórico Nacional, sobre a presença de Judeus em Cabo Verde.

Para falar dessa presença foi necessário recorrer a várias fontes escritas situadas em meados de oitocentos à 1ª metade do século XX.

Trata essa documentação de assuntos diversos, trazendo várias informações referentes à dispersão e fixação da população, estatísticas, associações comerciais, assentos e registo de baptismos, casamentos, óbitos, registos de identificação civil, pedidos de licença de exploração comercial, acórdãos administrativos e comerciais, inventários orfanológicos, registos de testamentos e traslados de testamentos, pedidos de passaporte para o trânsito interno na província, correspondências entre instituições e órgãos locais, com a metrópole (Portugal), processos judiciais, éditos e posturas camarários diversos

* Mestranda do I Curso de Mestrado em Estudos Africanos da Universidade do Porto.

além de outras matérias também importantes, que podem ser encontrados nos fundos arquivísticos já organizados e instalados como a Secretaria Geral do Governo, Repartição Provincial dos Serviços da Administração Civil, Administração dos Serviços dos Concelhos (Praia, S. Vicente, Santo Antão, Boavista, Fogo, Brava), Tribunal da Ribeira Grande (Santo Antão) e Câmara Municipal da Praia.

Contudo, a presença de Judeus em Cabo Verde remonta aos inícios da sua colonização, após a grande dispersão movida essencialmente por factores de ordem económico-sociais mais do que religiosos e à acção inquisitorial institucionalizada nos finais do século XV na Península Ibérica.

Da sua situação em Cabo Verde nessa época sabemos pouco, mas documentos referem que constituíam uma comunidade e que tal como em Portugal, desempenharam cargos importantes, como por exemplo, na administração judicial, fiscal e financeira das ilhas como contador, feitor, corregedor, provedor, ouvidor, promovendo-se mutuamente.

Como homens de negócios, também exerceram outros ofícios, espalhando-se inicialmente pelas principais ilhas que constituíam pólo de atracção e onde a actividade económica estava mais desenvolvida, Santiago e Fogo.

No entanto e segundo a documentação compulsada, é a partir do século XIX até meados do século XX, que a sua presença em Cabo Verde se torna mais frequente e notória. Judeus vindos de Portugal e outras origens fixaram-se temporária ou permanentemente nas mais variadas ilhas do nosso arquipélago, guardando alguns a sua cultura e tradição e desempenhando as mais diversas profissões.

Ficamos a saber que Cabo Verde nesse período continuava sendo o lugar de eleição dos Judeus, onde, como imigrantes, puderam amplamente desenvolver as suas habilidades seculares e que sempre os caracterizou.

Apesar de repararmos nas raras legislações emanadas na então província e também pela metrópole para a província em relação aos homens de origem hebraica e que continham cariz discriminatórios, na época, puderam ainda habilmente contornar a situação e manter a exequibilidade dos seus negócios, adquirindo posições de prestígio e direcção.

De origens diversas, Marrocos, Gibraltar, Argel, Tunis, muitos deles chegavam com nacionalidades diferentes, sendo na sua maioria além de súbditos britânicos, portugueses, quando o requeressem, e, raramente, súbditos espanhóis e franceses.

A adopção de uma nacionalidade diferente da de origem, con-

forme as fontes consultadas, para além da coercivamente adquirida para os nascidos em Portugal por terem fé diferente e por isso mesmo não serem registados na ocasião do baptismo nas igrejas e desta forma serem registados em consulados estrangeiros, fazem-nos pressupor que isso fê-los, no entanto, beneficiar de facilidades de entrada, privilégios, direitos e isenção fiscais outorgados por tratados que se estabeleciam entre Portugal e o país de naturalidade adquirida.

Daí que a eleição de Cabo Verde, como lugar de fixação nesse período, dependesse, a nosso ver, da sua entrada ou não como súbdito de determinado país com o qual Portugal, a metrópole, tinha estabelecido tratados de cooperação beneficiando-se das regalias estatuídas.

Assim sendo, entrados na condição de súbditos britânicos, em maior número, verificamos que de acordo com o Tratado de Comércio e Navegação estabelecido entre Portugal e a Inglaterra em 1842, acabavam por gozar de privilégios, imunidades e protecção que o arquipélago podia auferir pela legislação portuguesa.

De acordo com as cláusulas desse Tratado, como súbditos britânicos podiam residir, ocupar casas e armazéns, dispor dos seus bens alodiais e enfitêuticos e de qualquer propriedade legalmente adquirida, por venda, doação, escambo ou testamento ou por qualquer outro modo, sem qualquer impedimento.

Eram isentos do serviço militar, de empréstimos forçados ou de quaisquer outras contribuições extraordinárias não gerais e estabelecidas por lei, tendo os mesmos direitos dos cidadãos nacionais.

Da mesma forma, as suas casas de habitação, armazéns, lojas que adquirissem eram respeitados e não sujeitos às buscas arbitrárias a que podiam incorrer.

Beneficiando de liberdade e facilidades comerciais, de isenções de impostos, inspecções judiciais aos seus negócios (décimas industriais e direitos alfandegários), podiam abrir lojas e armazéns a retalho como qualquer súbdito nacional, segundo os regulamentos municipais e policiais, não sendo obrigados, por isso, ao pagamento de tributos e ou impostos adicionais, nem impedidos de contrair monopólios, contrato ou privilégio exclusivo de quaisquer vendas ou compras, tendo a faculdade de livremente comprar e vender a quem quisessem e como bem entendessem, sem serem obrigados por isso a dar preferência alguma ou a favor em consequência da obtenção do direito de exclusividade.

Mais do que isso, podiam agenciar os seus próprios negócios ou remetê-los à administração de alguém, como procurador nomeado para o efeito, substabelecer procurações, transmitir por herança os

seus bens e tomar posse dos mesmos, ter o livre exercício e uso da sua religião, manifestar as suas convicções religiosas, podendo reunir-se para objectos do culto público, celebrar os ritos da sua religião nas suas moradas ou em lugares para esse fim destinado e enterrar os seus mortos pelo modo e com as cerimónias usadas, de acordo com a sua tradição.¹

Com o direito a esses privilégios, os que entraram, em pouco tempo formavam uma comunidade familiar ou não, dispersando-se para todas as ilhas do nosso arquipélago sendo maior a sua concentração em Santiago, Santo Antão, Boavista, S. Vicente e Brava.

Em 1864, encontramos-los já reivindicando parte dos ditos direitos que lhes cabiam. Representados pela Afflaló Bettencourt & Company, hebreus portugueses, residentes na ilha Brava, requeriam à coroa, pedindo providências para que em todas as ilhas lhes fosse permitida a matança do gado, para seu uso, nos matadouros públicos e na conformidade com o seu rito religioso, sujeitando-se entretanto às disposições policiais estabelecidas.²

Numa queixa apresentada em 1858 à coroa, também verificava-se a confirmação desses direitos. Pela recusa da Câmara Municipal da Vila da Praia em conceder licença a Moysés Athias e Samuel Benhason, ambos súbditos britânicos, para abrirem loja de venda a retalho, exigindo-lhes prova de nacionalidade mediante apresentação de carta de naturalidade, não obstante terem mostrado passaportes devidamente legalizados pelo cônsul português em Gibraltar, a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar mandava assim fazer constar a todas as Câmaras, através do Governador Geral da Província, que na conformidade do estipulado no art.º 3º do Tratado de 1842, os súbditos britânicos tinham direito a abrir lojas, armazéns para vender a retalho, em qualquer parte dos domínios portugueses, como qualquer súbdito nacional, sem mais obrigações do que a que tinham os súbditos portugueses no respectivo local, advertindo ainda que as Câmaras “*serão responsáveis e haverão de responder por quaesquer embaraços que se originem, de não darem o devido cumprimento às disposições mencionadas.*”³

No arquipélago, formaram associações comerciais entre si e com negociantes nacionais, construíram casas, adquiriram lojas, armazéns comerciais nos principais centros urbanos e obtiveram exclusividade de exploração comercial.

¹ Ver sobre o assunto, o Tratado de Comércio e Navegação com a Grã-Bretanha, 1842, Julho, 3, (1867), Boletim do Conselho Ultramarino, Legislação Novíssima, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, pp.252.

² Portaria de 1864, Abril, 9, op. cit., Vol. V, pp.13

³ Portaria de 1858, Fevereiro, 18, op. cit., Vol. 3, pp.192 e 193

Constituíram-se em grandes proprietários urbanos e rurais em Santiago e Santo Antão, em particular, desempenharam também altos cargos no funcionalismo público, cargos diplomáticos como agentes consulares de países estrangeiros como o Brasil, a Itália, Espanha e Dinamarca. Foram professores, oficiais de justiça, vereadores e escrivães das câmaras dos diversos concelhos do país, escrivães da fazenda pública, regedores de paróquias ligando-se também ao exercício de outros ofícios como empregados e gerentes de casas comerciais, retalhistas e mecânicos continuando afastados, embora possuíssem, alguns, grandes propriedades, do trabalho da terra, sendo os circuitos comerciais a sua grande preocupação.

Ainda que não possamos estimá-los, através da documentação, demograficamente no período em estudo, sabemos que os Judeus ou homens de origem judaica viveram em Cabo Verde em número significativo, de acordo com a estatística geral de população apresentada para a época, dispendo de excepcionais condições, oriunda especialmente da sua longa experiência histórica.

Documentos há que referem a um número estimado em 1872, em Santo Antão, ilha caracterizada na época de melhores condições climáticas ao colono residente ou recém chegado, de 54 hebreus, seguindo apenas 12 a religião mosaica. Em 1873, esse número baixava a 46, por alguns terem regressado novamente ao país de origem ou de adopção sem que as condições climatéricas nisso tivessem interferido ou a própria situação de baixa conjuntura económica vivida no país.

Contando com um período de residência na ilha entre os 31 anos, 24, 18, 14, 12, 10 a menos de 1 ano, estes homens deixaram em Santo Antão descendência, filhos legítimos ou não, que se computaram em cerca de 14 em 1872 e 18 em 1873, o que revela expressamente o aumento de Judeus nascidos na ilha, resultado também do cruzamento com a mulher cabo-verdiana.

A maior parte desses Judeus era de naturalidade africana, sendo 19 vindos de Gibraltar, 16 de Marrocos, existindo apenas 3 de origem europeia, vindos de Portugal.

Com a média de idade entre os 60, 30, 15 a 7 anos, 32 apresentavam-se no estado de casados e 14 solteiros.⁴

Dotados de uma espantosa mobilidade geográfica (os Judeus são incontestavelmente um povo de migrantes) e como homens de negócios, também encontramos-os nas suas relações comerciais e

⁴ Relatório de Serviço da Delegação da Junta de Saúde de Stº Antão pelo Dr. Francisco Frederico Hopffer - "Stº Antão - Movimento da População - Contrapeçonha - Flora - Reino Animal - Serviço Vaccínico - Doenças e Óbitos, in, B.O. nº35, ano 1874, pp.216

financeiras, cruzando e circulando por entre as ilhas do arquipélago tornando extensivas as suas propriedades rurais e urbanas e firmas comerciais em quase todo o território, desenvolvendo a nível interno uma extensa rede comercial apoiado sobretudo na base do associativismo e relação de solidariedade que os distinguiu dos demais. A cada mudança de lugar correspondia além de uma simples deslocação física mas também uma oportunidade de negócios.

O que não ficamos a saber contudo, é a medida, o grau de participação que tinham de Cabo Verde com os seus correligionários no exterior, isso apesar de apercebermo-nos que alguns continuavam a manter relações familiares e sentimentais quer em e com Portugal, Inglaterra, Gibraltar, Marrocos e inclusive Moçambique.

É o caso de Isaac Zafrany, hebreu, comerciante estabelecido em S. Vicente, que manteve relações com os filhos em Portugal e ligações com familiares em Moçambique.⁵

Esta situação foi também perfeitamente identificada no testamento deixado por Joseph Julião Brigham. Em 1906, Junho, 20, este hebreu, proprietário e negociante, morador há muito tempo na vila da Ribeira Grande, Santo Antão, natural de Mogador, Marrocos, deixava como legado de parte da sua herança, a quantia de cinquenta mil réis, para, durante um ano, ser distribuída aos pobres da terra de sua naturalidade e trezentos mil réis para fazer um cifir com o seu orna-mento e ser colocado numa sinagoga em Mogador.⁶

Todavia, detectámos também relações de interesse económico do exterior por Cabo Verde, chegando alguns a comprometer-se, em troca de concessões de licença e ou monopólios de exploração comercial, ajudar no desenvolvimento comercial e industrial das ilhas. Em 1913, a Levy-Haussman, Courtierassermenté, Scc^a, sucessora de Ch. Nathan, de Paris, pedia assim informações acerca do guano que podia existir na ilha de Santiago a duas milhas da ilha Brava. Em 1914 pedia o direito à sua exploração.⁷

Situação particular foi a de Moses Zagury, súbdito português, negociante, estabelecido há bastantes anos em Londres, depois de ter estado igualmente estabelecido por muitos anos em Lisboa de onde teve negócios com as colónias de Angola e Cabo Verde.

Num requerimento dirigido ao Ministro das Colónias em 1912, Maio, 16, pedia licença mediante cumprimento de disposições legais, para por si ou por sindicato que formasse na cidade de Londres, mandar fazer pesquisas nas ilhas de Santiago, Santo Antão e Brava para

⁵ B. O. n.º32, Agosto, 7, 1877, pp.232.

⁶ Inventário Orfanológico de Joseph Julião Brigham. AHN\D1\TRG, Maio - Dezembro, 1907, cx. n.º356, doc. 2, original, manuscrito

⁷ AHN\SGG, 1914, cx. n.º358, original, manuscrito

verificar se no arquipélago existiam minerais de ferro ou outros quaisquer, ou mesmo de petróleo. Para tal fim comprometia-se a mandar engenheiro competente conhecer das condições geológicas de Cabo Verde para poder manifestar e obter concessões minerais que resultassem de tais pesquisas. *“Que tomando essa iniciativa que até ao presente ninguém tinha tomado, pensava merecer todo o apoio que o Governo se dignasse dispensar-lhe, facilitando e encorajando tais iniciativas no país, podendo ela muito influir no desenvolvimento material e económico das ilhas de Cabo Verde, que de tão pouco adiantamento tinham conseguido efectuar estando bem atrasadas no seu estado agrícola, industrial, como também em estudos sobre qualquer riqueza que aqui pudessem existir.”* Assim, preconizava que, com os novos trabalhos que aqui viessem a ser encetados talvez fosse muito possível *“debelar em parte as crises de fome que têm assolado as ilhas a uma das quaes ainda o ano passado o Governo teve de socorrer pedindo auxílio de 50.000\$000 réis para acudir a ela.”* E relembra a concessão que obteve em 1875 quando negociava por Cabo Verde, de terrenos para um depósito de carvão em S. Vicente, que conseguiu fazer ali montar para a casa inglesa de Cory Brother's F^a, e o qual, diz *“foi a única causa principal do grande desenvolvimento e aumento da navegação a vapor que aquele facto trouxe àquela ilha desde então para cá como é bem notório.”* E propunha mais, numa carta endereçada ao Governador Justice Biker em 1913, Novembro, 10, se lhe fosse renovado o contrato de arrendamento que tinha feito por 20 anos com o governo da província em 1885 para a exploração do guano nos ilhotes “Luiz Carneiro”, “Sapado”, “Rei” e “Barreto” situados entre os ilhéus denominados “Rombo – Grande e Pequeno”. Que caso lhe fosse prolongado o referido contrato por mais um período de 10 anos, com a condição especial de entrar também no dito arrendamento os dois outros ilhéus maiores chamados “Grande e Pequeno do Rombo” e no intuito de trazer algum desenvolvimento a essas ilhas aproveitando quaisquer riquezas inexploráveis, oferecia o serviço de um engenheiro inglês que tendo feito estudos de trabalhos em alguns pontos da América do Sul, *“para vir a esta província fazer estudos do melhoramento do porto da ilha de Santiago, mediante uma gratificação, que acha razoável, de 300 libras, e isto pelo facto de tal engenheiro estar em contacto com contratadores de semelhantes obras, os quaes facilmente feitos estes estudos poderiam apresentar uma proposta ao Governo para efectuar esses melhoramentos há tantos anos desejados, sem contudo serem jamais levados a efeito e, há - de reconhecer-se, de grande importância para a principal e importante ilha que assim atrairia a navegação directa com a Inglaterra, para onde ela só existe em S. Vicente, e o*

que não permite a exportação de grandes quantidades de frutas e outros produtos que nesta ilha se produzem e que poderiam facilmente competir com aqueles das Ilhas Canárias se houvesse navegação a vapor directa para a Inglaterra.” E acrescentava mais a ideia de, como português que era, contribuir na cidade de Londres, no que pudesse, em favor de qualquer desenvolvimento comercial ou industrial das ilhas do arquipélago, ser nomeado pelo Governador da província agente geral da colónia para, à semelhança dos agentes das colónias inglesas, tratar de todo e qualquer assunto de interesse para as ilhas, uma vez que tinha conhecimento de muitos melhoramentos que estas necessitavam, e do desenvolvimento de alguma indústria que quase não existiam em nenhuma delas pelo facto de *“ter tido em tempo casas de negócios n’elas durante um certo número de anos”*. Assim, prontificava-se mesmo sem gratificação alguma, a princípio, em receber e ter no seu escritório em Londres, um mostruário de todos os produtos agrícolas e outros como o açúcar, café, purgueira, tabaco, etc., a fim de os tornar conhecidos no grande mercado inglês de maneira a atrair a atenção do comércio que da Inglaterra podia desenvolver em maior escala para Cabo Verde.⁸

Sem ser um lugar de refúgio e degredo a que já estavam habituados, Cabo Verde, apesar dos desígnios da natureza e de crise por que atravessou na maior parte do período em análise, abria-lhes desta forma a possibilidade de continuarem o desafio ante o qual sempre se depararam de continuar a viver a qualquer preço e de transferirem as suas fortunas, a sua vivência, grau de educação, solidariedade e rivalidades aos seus descendentes, de enriquecer e ascender socialmente independentemente de seguirem ou não a religião do pai ou de tomarem o seu nome.

Contudo, ressaltamos, que muito embora fossem portadores de diferentes graus de cultura e de requisitos excepcionais para a actividade comercial dentro da situação conjuntural vivida na altura em Cabo Verde, não distinguimos o nível de influência exercida quer a nível de ideias, comportamentos, valores ou crenças no arquipélago.

Os Judeus, tanto os que continuaram nas ilhas a praticarem a sua religião, como os que se integraram e se misturaram em várias gerações com a população cabo-verdiana e com o catolicismo, acabaram por apresentar formas de comportamentos variados e seus modos de pensar e viver, apresentaram-se-nos de forma pouco nítida e compreensível.

Mas, tivemos oportunidade de, através da documentação data-

⁸ Pedidos diversos de Moses Zagury ao Governo Geral da Província de Cabo Verde, AHN\SGG, 1914, cx. n.º358, originais, manuscritos

da de meados do século XIX à primeira metade do século XX, identificar os elementos que fizeram parte desta comunidade em Santo Antão, Santiago, S. Vicente, Boavista, S. Nicolau e Brava, inventariá-los, bem como os seus familiares e descendentes que durante vários anos fizeram parte da sociedade cabo-verdiana, participando activamente na vida pública.

A maioria dos inventariados, como viremos nos quadros a seguir apresentados, era proveniente da África do Norte, Gibraltar, naturalizados britânicos e poucos portugueses, outros nascidos em Cabo Verde, naturais, resultado também da interpenetração familiar com a mulher cabo-verdiana.

Homens, na sua maioria, chegaram alguns relativamente jovens, solteiros, com idade entre os 14 e 35 anos. Moysés Levy, por exemplo, chegaria com 14 anos de idade, Simão Levy com 17, Bento Levy, 18 anos, Raphael Benhatar aos 20 anos, Jayme Levy Bentubo, 30 anos, Abraham Auday com 23 anos, Marcos Cagi com 26 anos e Abraham Benholiel com 35 anos.

O único caso de mulher chegada ao arquipélago, ainda solteira, foi o de Hellel Benchmol, de Oran, exercendo a profissão de negociante fixando-se na Praia, ilha de Santiago.

A posição e o nível social pela ocupação profissional não vêm mencionados, na maior parte dos casos, na medida em que foi-nos difícil a sua previsão pois que além de homens de negócios foram também grandes proprietários rurais, aliando essas actividades com o exercício de outros ofícios.

Referimo-nos apenas à sua presença, descendência entre os períodos de 1840 a 1927, sua origem, nacionalidade adquirida, ilha de residência, profissão e actividades económicas a que estavam ligados, associações comerciais e a cronologia dada pela documentação existente no Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Pela análise da documentação posta à nossa disposição e pelas evidentes razões de estatísticas demográficas da época, não foi possível estabelecer uma genealogia completa das famílias. Optamos por uma simples organização sempre que reconhecemos o núcleo familiar e outros por desconhecermos as afinidades dos nomes.

Embora as fontes consultadas não nos permitiram qualquer outra informação, chegamos à conclusão que desses homens de origem hebraica chegados a Cabo Verde em meados de oitocentos, muitos deles revelaram, em certos casos, a existência de uma endogamia familiar. Noutros casos, vindos com família organizada, acabaram por se integrar e misturar com o cristianismo⁹, ligando-se

⁹ David Wahnnon, de 79 anos, natural de Gibraltar, residente em S. Vicente em 1903, era protestante.

também às mulheres da terra formando outra família, respeitando no entanto as convicções religiosas do seu cônjuge, deixando descendentes aos quais procuraram transmitir os seus ideais, comportamentos e atitudes, crenças mas também bens materiais.

Destes descendentes, na maior parte dos casos, curiosamente, constatamos também, que os que seguiram a religião mosaica foram os de mãe e pai judeus. Nos casos em que um dos cônjuges não era judeu, seguiam a religião da mãe, geralmente católica. Ainda encontramos casos de filhos de pai e mãe judeus que se converteram à nova fé religiosa, sendo baptizados, casando face à igreja católica, não obstante outros, na defesa do património familiar, terem procurado casar entre si ou com naturais poderosos economicamente, não importando o credo religioso.

Casos como os que acabamos de referir são-nos confirmados por: CAMILLA – filha legítima de ISAAC WAHNON e RACHEL WAHNON, hebreus, naturais de Gibraltar, proprietários, residentes na ilha de S. Vicente, que a 19 de Outubro de 1890 contrairia casamento com GUILHERME REGINALD MORBEY, face à igreja católica, sendo também baptizada.¹⁰

ANTÓNIO – filho legítimo de JAYME LEVY BENTUBO e CAMILLA BENTUBO, hebreus, naturais de Gibraltar, teve casamento católico com MARIA DAS DORES MONTEIRO.¹¹

JÚLIA MARIA D'OLIVEIRA – filha legítima de JOSÉ BENTO D'OLIVEIRA, natural de Tânger com nacionalidade portuguesa e MARIA DAS NEVES SPENCER, casada segundo o costume do Reino, em face da igreja com o DR. BERNARDO JOSÉ D'OLIVEIRA, cristão, apostólico romano, natural da freguesia de Nss^a Sr.^a do Rosário, da ilha de Santo Antão, filho legítimo de JOAQUIM JOSÉ D'OLIVEIRA e D. JOANNA MARIA D'OLIVEIRA.¹²

Ainda podemos enunciar os casos de SALOMÃO BENOLIEL que casou com a sobrinha CAROLINA CARVALHO BENOLIEL, filha de SIMY BENOLIEL DE CARVALHO e ANTÓNIO MIGUEL DE CARVALHO e de DAVID BENOLIEL com D. ISABEL DE CARVALHO BENOLIEL, oriunda da família de ANTÓNIO MIGUEL DE CARVALHO, uma das famílias mais abastadas da Boavista.

AHN\SGG(G2)- Relação de estrangeiros residentes em S. Vicente, Lvº nº851, fls.,7, Julho, 1903.

¹⁰ AHN, Livro de Registo de Casamento, Nsº Srº da Luz, registo nº5, fls., 20 v.º, 1890-1891

¹¹ AHN, idem, registo nº18, fls.,15, 1895

¹² Inventário Orfanológico da herança do Dr. Bernardo José d'Oliveira -AHN-TRG(D1), Processo nº 246 Setembro 1899 - Outubro 1912

2. O caso dos cemitérios

2.1 A questão do cemitério israelita na ilha da Boavista

Auferindo privilégios, de acordo com a análise já elaborada, de exercerem livremente a sua religião, manifestar as suas convicções religiosas, de celebrarem os seus ritos religiosos e enterrar os seus mortos pelo modo e com as cerimónias usadas de acordo com a sua tradição, mediante leituras e pesquisas de campo que efectuamos a Boavista, S. Vicente, Fogo, Brava, Santo Antão e também à ilha de Santiago, observamos que nunca os Judeus ocuparam espaço nos cemitérios públicos para o efeito de inumação.

Curiosamente, porém, as várias legislações e posturas camarárias publicadas nos diversos concelhos da província e que tivemos oportunidade de analisar entre o período de 1882 a 1913, no entanto, reservava-lhes naqueles cemitérios uma porção de terreno para nele enterrar os mortos uma vez que era proibido, segundo as leis vigentes, proceder a enterramentos fora dos cemitérios públicos, mas desde que se prescrevessem, para os não católicos e impenitentes que faleciam fora do grémio da igreja, os terrenos bentos considerados sagrados pelas leis canónicas e que eram por sua vez reservados aos de fé católica.

À primeira vista poderá parecer que esta separação por secções diversas de católicos e não católicos nos cemitérios públicos gerais, para além de ligada à mentalidade religiosa da época também estivesse relacionada com a pureza de sangue, referente ainda à presença de Judeus nas ilhas.

De certa maneira, as várias disposições de leis encontradas e examinadas ao longo do período citado leva-nos a inferir que, de facto, essa era mais ou menos o pensamento dos legisladores nas subsequentes legislações ou por aqueles que as aplicavam, uma vez que não respondiam muitas vezes as cláusulas e direitos conquistados como súbditos estrangeiros, nem às suas convicções religiosas.

O que constatamos porém, é que, também devido aos seus princípios religiosos e tradicionais, isso, conforme os diferentes grupos e ritos de sepultamento, os Judeus sempre consagraram, por norma, cemitérios privativos, localizados geralmente próximos ou não de cemitérios municipais, o que nos leva a concluir que a maior parte das medidas proibitivas, tomadas na época, não tiveram aplicabilidade prática ou quando muito não a souberam aplicar tal era a complexidade das leis.

Aliás as próprias autoridades locais reconheciam que muitas

das legislações emanadas ao fim e ao cabo acabavam por não conter, quanto aos cemitérios privativos, nenhuma disposição proibitiva. Assim a construção desses cemitérios separados ou anexos aos cemitérios públicos e paroquiais nos pareceu ser, afinal, considerado perfeitamente normal e legal pois que em 1835, quando, pelo decreto de Outubro, 8, os cemitérios privativos foram considerados inconvenientes, entretanto alguns foram autorizados por motivos de religião de modo a evitar-se ferir crenças e direitos adquiridos. É desta forma que em 1865, Fevereiro, 3, por acórdão do Conselho da Província nº30, era concedido a Marcos Cagi terreno anexo ao cemitério público da Praia para a construção de um cemitério israelita.¹³

Por decreto de 1868, Outubro, 21, era também cedido aos israelitas residentes em Lisboa, autorização para estabelecerem em lugar adequado um cemitério privativo sob a condição de que esse cemitério ficava debaixo da fiscalização das autoridades públicas, com guarda de nomeação da Câmara, pago pelos interessados.¹⁴

Tal autorização, embora meramente tolerante, por parte das autoridades locais, teria também efeito em Cabo Verde, estendendo-se a vários concelhos da província com a publicação em 1894 do Código de Postura da Câmara Municipal de Santo Antão que no seu Capítulo XIII, ressaltava o seguinte sobre os cemitérios públicos:

“Art.º 61º - Nos cemitérios públicos deste concelho serão sepultados todos os indivíduos de qualquer nacionalidade ou culto.

Parágrafo único - Exceptuam-se os hebreus por terem um pequeno cemitério na villa da Ribeira Grande (...).”¹⁵

Nesse mesmo ano, a Câmara Municipal da Praia regulamentava no seu Código de Postura, propondo por acórdão, que no cemitério público existisse ou lugar separado para o enterramento de indivíduos não católicos ou que tivessem cemitério privativo pois não podiam ter sepultura eclesiástica mediante as leis civis dando cumprimento assim aos princípios justos considerados pelas leis canónicas.¹⁶

Em 1896, na ilha Brava, era inaugurado e benzido um novo cemitério católico, com o nome de Santo António, ficando uma separação para os não católicos.¹⁷

Mas com a publicação do novo Regulamento do Código Civil em 1913, Outubro, 15, com aplicação em Cabo Verde, em Novembro do

¹³ Correspondência recebida pela Secretaria Geral do Governo relativa ao processo de permissão de sepultamento dos israelitas falecidos na ilha da Boavista - AHN\SGG\R11, Doc. Nº5, cx. nº775, 1915-1913, originais, manuscritos.

¹⁴ Idem, ibidem, Doc. Nº8, cx. 775, 1915-1916

¹⁵ AHN - Boletim do Conselho Ultramarino, Col. Leg. Nov., Vol., XI, Portaria de 1864, Abril, 21, pp.527

¹⁶ AHN, B.O., nº2, Ano, 1894, Junho, 2, pp.128

¹⁷ AHN, idem, Ano 1898, Outubro, 20, pp.217

mesmo ano, do Decreto com força de Lei de 1911, Fevereiro, 18, na sequência da proclamação da 1ª República em 1910 e da Lei de Separação da Igreja e do Estado em 1911, passou a ser expressamente proibido que existisse separação por religião no acto do enterramento dos mortos e com isso a existência de cemitérios privativos. Aliás os artigos 255º, 256º e 257º do Código Civil precedidos pelo decreto nº170, aplicado à província, obrigavam a todas as corporações e autoridades competentes retirarem dos cemitérios todos os muros, valados, sebes ou outras divisões que tinham por fim separar os mortos por motivo de religião, ordenando que se fizessem indistintamente as inumações em todos os talhões dos mesmos, ficando nos mesmos lugares e contíguos uns aos outros, os cadáveres enterrados com ou sem cerimónias religiosas.

É assim que em 1915, entre Março e Maio, para fazer valer a lei, o administrador do concelho da Boavista, impedia, seguindo as medidas proibitivas do Código Civil de 1913, o enterramento de um hebreu no cemitério privativo e em Outubro do mesmo ano o de Isaac Benoliel, abrindo um processo sem precedentes que se arrastou ao ano de 1923 .

De facto, o Comité da Comunidade Israelita de Lisboa, mediante esta proibição, representado pelo seu Presidente, Isaac A. Levy e pelo seu Secretário Geral, Adolpho Benarus, sentindo-se lesado nos direitos adquiridos e porque mandava a tradição, apresentava em carta dirigida ao Ministério da Colónia apelação perante aquela situação.

A cópia do ofício que tivemos a oportunidade de examinar refere o seguinte:

“Excelentíssimo Senhor Ministro das Colónias

Exmº Senhor

No arquipélago de Cabo Verde, na ilha da Boavista, no lugar de Pico da Rixa, existe um cemitério israelita em que os israelitas residentes na mesma ilha fazem o enterramento dos seus mortos há mais de quarenta anos. Sucede, porém, que ultimamente morreu um israelita na mesma ilha e o Exmº Sr. Administrador não consentiu fazer o enterramento do morto naquele cemitério privativo, como era costume fazer-se e obrigou a que se efectuasse no Cemitério Municipal; o que efectivamente se cumpriu apesar da dor que esta circunstância lançou sobre a família sobrevivente por ver assim ferida as suas crenças religiosas e as do morto que durante a vida aderira com fervor às leis de Moisés.

Ao Comité Israelita de Lisboa, Excelentíssimo Senhor Ministro, compete pelos seus estatutos (artigo 25º) aprovado pelo alvará de 9 de Maio de 1912, do governo civil de Lisboa, defender os interesses israelitas, dos seus correligionários residentes quer no Continente quer nas Possessões Portuguesas e sentindo-se aquele alarmado pela proibição do enterramento do seu correligionário no local particularmente destinado para esse fim, vem muito respeitosamente pedir Vossa Excelência se sirva providenciar para que os enterramentos dos israelitas falecidos naquela ilha continuem a ser feitos no seu cemitério particular, como até agora se praticava.

É apelando para os sentimentos de tolerância de Vossa Excelência que este Comité toma a liberdade de implorar de Vossa Excelência uma medida que sem prejuízo para terceiros vem tranquilizar a consciência dos seus correligionários residentes em Cabo Verde.(...).”¹⁸

Diante de tal apelação, o Director Geral das Colónias, Joaquim Basílio da Cerveira, encarregado pelo Ministro, mandava inquirir acerca das considerações que determinaram o administrador do concelho fazer a proibição, pois que o cemitério de que se tratava, apesar de privativo, era lugar destinado a enterramentos e como tal estava sob a inspecção das autoridades públicas.

A informação do governo da província referia também que devia-se rememorar o administrador os regulamentos dos cemitérios paroquiais e municipais, os quais, nenhuma proibição continham quanto aos cemitérios privativos de israelitas ou de outros quaisquer.

Num mundo de diferenças ideológicas e de interpretação, enquanto o Ministério mandava inquirir a sua acção por um lado e por outro o Governador da Província rememorando-lhe a inexistência de medidas proibitivas que regulassem tal procedimento, eis o que respondia o administrador de concelho, Francisco Tavares de Almeida, em officio, a 9 de Junho, à inquirição que lhe foi feito sobre o enterramento dos israelitas falecidos na ilha da Boavista:

“ (...), cumpre-me dizer: Nunca existiu nesta ilha cemitério de israelitas ou de indivíduos de qualquer outra religião.

As autoridades administrativas permitiram que os israelitas falecidos fossem enterrados em um sitio perto do ‘Pico Rixa’ recinto que foi cercado por um muro de alvenaria de altura de 1,40 metros.

Dão acesso a estes recintos, - são dois - umas aberturas, espécie de janelas, sem portas, a cerca de 0,55m do terreno, o que permite entrada de pessoas e mesmo de animais.

Nunca a colónia israelita tratou de regularizar a concessão do terreno, vedá-lo convenientemente, e por isso nunca pôde ser consi-

¹⁸ AHN\SGG\A1, Doc. Nº1, cx. nº775, 1915/1923, originais, manuscritos

derado como cemitério. É para notar: que os primeiros israelitas falecidos, deixaram descendentes com bastantes meios, e até ao presente não trataram de regularizar um assunto que tão de perto lhes toca, e a que são moralmente obrigados a fazer.

Nestas condições e em vista do disposto nos artigos 255º e seguintes do Regulamento do Registo Civil, só depois de devidamente regularizado o assunto, pode ser permitido o enterramento dos não católicos nos cemitérios privativos. (...)

Tenho ainda a dizer: o primeiro cercado tem duas pedras tumulares, sem capacidade para mais; o segundo tem quatro sepulturas, e só dá lugar a mais uma(...).”¹⁹

E apresentava em anexo o croquis, mostrando aquilo a que se chamava de cemitério.

Por essa razão, Adolpho Benarus escrevia, e a título pessoal, ao Governador da Província, em Setembro de 1915, expondo-lhe a sua preocupação, pedindo-lhe o seu interesse pelo assunto, apelando aos seus sentimentos em favor do Comité, representado nas ilhas por José Benoliel.

Aproveitando, entretanto, as hesitações e tolerância das autoridades locais sobre a continuidade ou não dos enterramentos e à alusão feita acerca da não conservação do cemitério, do seu tamanho, pelo administrador de concelho, José Benoliel, representante da Comunidade Israelita de Lisboa em Cabo Verde, residente na ilha da Boavista, requeria, por sua vez, ao governo da província, pedindo a concessão por aforamento de duzentos metros quadrados de terreno.

Além de querer privilegiar o local, pelo seu alargamento, o que parecia plausível era a sua pretensão de que os israelitas continuassem a ser enterrados no referido cemitério, aproveitando-se também da tolerância que se fazia sentir. De outra forma não seria explicável o pedido de aforamento feito após proibição do administrador de concelho contrariado pelos pareceres do Conservador Geral do Registo Civil, representado pelo Secretário Geral do Governo, e pelo Delegado do Procurador da República da Comarca de S. Vicente, a quem baixava o requerimento datado de 18 de Fevereiro de 1916, recebendo aprovação do próprio Governador da Província, os quais, após análise cuidada dos Decretos de 8 de Outubro de 1835 e de 21 de Outubro de 1868 e do Regulamento do Registo Civil e dos seus artigos 255º, 256º e 257º, foram unânimes em afirmar que *“poderá ser permitido que se continuem fazendo no sítio de Pico de Rixa da Boavista os enterramentos dos israelitas, provisoriamente, sob a fiscalização da Câmara e cor-*

¹⁹ AHN\SGG(A1), cxº 775, 1915 / 1923, Doc.nº4, originais, manuscritos

rendo todas as despesas por conta dos interessados. Isto para evitar-se ferir crenças e direitos que são de respeitar. ” E num outro ponto: “(...) Para as famílias israelitas esse lugar é sagrado e não seria razoável desrespeitar o lugar onde estão os restos mortais dos seus antepassados.”²⁰

Daí que e muito embora tivesse obtido o parecer favorável do administrador de concelho quanto à legalização do terreno e o seu respectivo alargamento, o Conservador Geral do Registo Civil opunha-se a tal, referindo-se que *“o processo de concessão de um terreno destinado a enterramentos de uma determinada seita religiosa - a particular - não se acha regulado em decreto algum que o signatário conheça.”²¹*

A ampliação não seria concedida também pelo douto parecer do Delegado do Procurador da República da Comarca de S. Vicente, pedindo, este, que o caso fosse sujeito à deliberação de instâncias superiores.

De notar que a questão embora merecesse a atenção do Ministério das Colónias, em Maio de 1915, aquele nunca mais se pronunciaria deixando o caso nas mãos das autoridades locais.

No entanto, o não alargamento do cemitério acabaria por se manter. A prova nos é dada, quando visitamos o cemitério na ilha da Boavista. Ao analisarmos o croquis apresentado pelo administrador de concelho, constatamos que não houve alterações. O cemitério continua dividido em duas partes, no mesmo lugar e, deduzimos, com as dimensões referidas. Isso porque não estivemos munidas de acessórios necessários para tal verificação. Basta dizer que o primeiro cercado referido tem ainda as duas pedras tumulares, o segundo agora com seis sepulturas. De lembrar que o administrador do concelho tinha-se referido a quatro, com espaço para mais um.

Uma outra prova que dispomos é que o próprio José Benoliel, sendo nomeado em 1919, administrador do concelho da Boavista não legalizaria o aforamento do terreno nem promoveria o seu alargamento.

A continuidade dos enterramentos é notória, pois, o próprio José Benoliel seria ali sepultado em 1924, sendo o último enterramento feito, o do irmão David Benoliel, em 1950.

²⁰ AHN\SGG(D1), cx. 775, 1915/1923, Docs.9, 10, 11, originais, manuscritos

²¹ Ídem, Doc.12. De referir que o mesmo Conservador Geral acabaria por mandar fazer inquirições a todos os cemitérios da província, às Câmaras Municipais que se encarregavam da fiscalização dos cemitérios às quais incluiria a Câmara Municipal da Praia. Este assunto será abordado pela autora em próximos trabalhos.

Quadro I

Presença de Judeus em Cabo Verde e respectivos descendentes entre os períodos de 1840 e 1927

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Arão Bendavid	Mogador		Santiago - Praia (1857-1858) Brava (1865)	Negociante	Com Marcos Bendaham Firma: Bendavid & Bendaham (1870)	1856-1870
Jacob Seruya	Gibraltar		Santiago - Praia (1855-1857) Brava (1858)	Comerciante Proprietário de bote		1855-1879
Salomão Pimenta	Argel		Brava (1865) Santiago - Praia (1857)	Negociante		1855-1867+
Abraham Abecacis	Gibraltar		Santiago - Praia (1858)	Comerciante Encarregado de negócios da Casa Aflaló, Bittencourt & C ^a (1859)		1858-1866
Fortunato Cardoso	Argel		Santiago - Praia (1858)	Negociante	Israel Cagi e Mair Buzaglo Firma: Cagi&Cardozo Fortunato Cardozo & C ^a , com Mair Buza-glo (1855) Com Rafael Benatar e António vicente Sidreim (1865)	1855 - 1865
Moysés Naury (Mozes Naury)	Rabat- Marrocos		Santiago - Praia (1857-1867) Brava (1858-1859)	Negociante		1854-1887
Jayme Levy Bentubo	Gibraltar	Súbdito britânico	Santo Antão, Frg.Ns ^a Sr ^a do Rosário(1856)	Negociante Proprietário		1856-1895
Camilla Levy Bentubo	Gibraltar	Súbdito britânico	Santo Antão, Frg.Ns ^a Sr ^a do Rosário(1856)	Proprietária		1856-1895
António Levy Bentubo	Gibraltar		S.Vicente, antes 1895			1895

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Abraham Auday	Tanger		Santiago-Praia (1857)	Negociante	Com Isaac Benrós	1857-1861
Moses H. Abecassis			Stº Antão (1868)			1868
Moses Urbin			Stº Antão (1868)			1868
Isaac Benrós	Gibraltar		Santiago- Praia (1860) Stº Antão (1858-1882)	Negociante Encarregado do giro comercial de Simão Anahory (1882)	Com Abraham Auday	1857 - 1882
Moisés Anahory	Gibraltar		Santiago - Praia (1860) Fogo (1879)	Negociante		1860 - 1879
Rafael Benatar	Rabat - Marrocos	Súbdito português	Santiago - Praia (1860)	Negociante	Com Fortunato Cardozo (1865)	1860 - 1865
Abraham Anahory	Lisboa - Portugal	Inglesa	Santiago - Praia (1861)	Negociante		1858 - 1861
Samuel Cohen	Tanger		Santiago - Praia (1860)	Negociante		1860 - 1861
Salomão Azevey	Lisboa - Portugal		S. Vicente (1855) Fogo (1856) Santiago- Praia (1861)	Negociante		1855 - 1861
Abraham Benholiel	Rabat- Marrocos	Espanhola e inglesa	Santiago- Praia (1861) Boavista (1867)	Negociante		1860 - 1891+
Esther Benatar Benholiel	Rabat- Marrocos	Espanhola e inglesa	Boavista			1891+
Marcos Cagi	Tanger	Súbdito português	Santiago- Praia (1857)	Negociante	Marcos Cagi & Reis, com Francisco José dos Reis (1869) Com Israel Cagi Firma: Marcos Cagi & Sobrinho (1885) Marcos Cagi & Cª	1857 - 1885

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Moisés Anahory	Marrocos		Brava (1860)	Negociante		1860
James Anahory	Lisboa - Portugal		StºAntão (1861)	Negociante		1858 - 1861
Moisés Benrós	Gibraltar		Santiago - Praia (1861)	Negociante		1861
Rayn Levy	Gibraltar		Stº Antão (1856)			1856
D. Alegria Abohbot Anahory			S.Vicente (1881)	Negociante (cabeça de casal do falecido marido Jayme Anah-ory)	Com Mozes Zagury Firma: Zagury & Cª (1882)	1881 - 1882
Mordecai Bendaham	Gibraltar	Ingleza	Santiago - Praia (1861)	Negociante	Com Arão Bendavid Firma: Bendavid & Bendaham (1870)	1861-1877
Fortunato Levy	Marrocos		Santiago- Praia (1861)	Negociante		1861-1877
Hellel Benchmol	Oran		Santiago - Praia (1861)	Negociante		1861 - 1872
Elias Azulay	Tunis		Santiago - Praia (1856) Brava (1866)	Negociante		1856 - 1866
Isaac Gabay	Tãnger		S.Vicente (1862)	Negociante		1862 - 1878
Ayres Julião Brigham	Mogador- Marrocos		Stº Antão (1855) Santiago (1857)	Comerciante		1855 - 1857
Beneddito Benunas	Gibraltar		Stº Antão (1855)			1855
Salomão Anahory	Lisboa - Portugal	Britânica	Brava (1855) Santiago - Praia (1858)	Negociante Proprietário rural e urbano		1855 - 1885
Mordecay Ismini	Argel	Francesa	Brava (1855)			1855
Isaac Benholiel	Rabat - Marrocos		Boavista	Negociante		1887 - 1915+
Abraham Azancot	Tunis		Stº Antão (1856)	Comerciante		1856 - 1877

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
D. João Wannon	Gibraltar	Britânica	Stº Antão (1856)	Comerciante		1856- 1886
Mozes Berrós	Tânger		Santiago - Praia (1856)			1856
James Levy	Gibraltar		Santiago - Praia (1857)			1857
Moisés Athias	Gibraltar	Britânica	Santiago - Praia (1857)	Comerciante	Moisés Athias e Samuel Benazon (1858)	1856 - 1958
Isaac Scruya	Gibraltar		Fogo (1856) Santiago- Praia (1857)	Negociante Proprietário Armador, pesca de coral; Vice-Cônsul de Espanha na ilha de Santiago; assume a direcção, por substituição, da agência consular de Itália em Santiago (1877); Integra o júri do Tribunal Comercial(1885)	Com Marcos Cagi & Sobrinho	1856-1885
Samuel Benazon	Gibraltar	Britânica	Santiago - Praia (1857)	Comerciante	Moisés Athias e Samuel Benazon (1858)	1856-1858
Joseph Naury	Marrocos	Portuguesa	Santiago - Praia (1857)	Comerciante	Naury & Primo & Compª (1854)	1854 - 1857
Jaime Asencot	Tunis		Stº Antão			1858
José Bento de Oliveira	Tânger	Portuguesa	Santiago - Praia (1855) S.Nicolau (1865)	Negociante		1855-1880+
Jaime Azancot	Tânger		Brava (1865)			1865
Jacob Levy	Tetuan - Marrocos		Santiago - Praia (1865)			
Jaime Azancot	Argel		Praia (1866)			1866

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Simão Levy	Lisboa - Portugal		S.Vicente Santiago - Praia (1864)			1864-1866+
Simão Benhaim	Tânger		Santiago- Praia (1865)			1865
Isaac Benrós	Tânger		StºAntão (1865)	Comerciante		1865-1905+
Fortunato Naury		Portuguesa	Praia (1854)	Comerciante	Naury & Primo & Compª, com Manuel Pinto (1854)	1854
Salomão Azancot	Tânger		StºAntão (1865)			1865
Abraham Benrós	Gibraltar		Santiago - Praia (1865)	Comerciante Caixeiro viajante		1865-1868+
Salomão Azancot	Argel		Santiago - Praia (1866)			1866
Joseph Abitbol	Tânger		S.Nicolau (1866)	Negociante		1858 -1866
Isaac Pairy	Gibraltar		Santiago - Praia (1866)			1866
Isaac Naury	Marrocos		Brava (1866)	Negociante		1866
Isaac Anahory	Marrocos		Brava (1866)	Comerciante		1866
Elias Elasy	Rabat - Marrocos		Santiago - Praia	Negociante		1866
Isaac Benarus	Tânger		StºAntão (1866)	Negociante		1866
Elias Lasene	Rabat - Marrocos		Santiago - Praia (1866)	Marítimo		1866
Moisés N(i)une	Argel		Brava (1866)	Negociante		1866
Elias Lassarine	Marrocos		Santiago - Praia (1867)	Negociante		1867
Izaak Naure			Santiago - Praia (1867)	Negociante		1867

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Bento Levy	Lagos- Algarve	Portuguesa	Santiago- Praia	Negociante Proprietário urbano e rural Armador Júri comercial (1907) Vogal Conselho da Provincia (1910)	Com Benjamim Alves: Farmácia Duque & Cª (1905) Firma Bento Levy & Filhos (1901-1917)	1867-1930+
Moisés Naure	Rabat D Marrocos		Santiago - Praia (1867)	Negociante		1867
James Azancot	Argel		Brava (1865)	Negociante		1865
Salomão Azevey	Portugal		Santiago - Praia (1854)	Negociante	Firma Azevey & Tavares, com Francisco de Paula Tavares (1854)	1854 -1855
Moisés Levy		Cidadão português	Maio (1881) Santiago-Tarrafal (1896 -1926)	Negociante Júri Comercial (1907) Vogal da Junta da Paróquia da freguesia de Santo Amaro AbadeTarrafal(1910)	Com Salomão, Pereira, Neves - Firma Moisés e Comandita	1867 - 1926+
Isaac Esnaty	Marrocos		De passagem por Cabo Verde para os Açores e Madeira	Negociante		1840
Joaquim dos Santos	Marrocos		De passagem por Cabo Verde para Lisboa no hiate Portuense"	Negociante		1840
Joaquim Aflaló	Marrocos	Cidadão português	De passagem por Cabo Verde para Lisboa			1842
Marcos Auday	Tânger	Inglesa e protuguesa	S.Vicente [1876] Santiago - Praia (1877) Santo Antão (1888-1894)	Negociante Proprietário de navios de transporte de purgueira no interior de Santiago	Zagury & Compª Marcos Auday(1877)	1876 - 1894

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Simão Boaruna	Marrocos		Santiago - Praia (1878)	Negociante		1878
Guidon El - Caim	Rabat - Marrocos		Boavista	Negociante		1868 -1896
Abraham E l- Caim			Boavista			1895
Abraham Julião Brigham	Marrocos- Mogador		Santo Antão			1907
Simy Abraham Brigham	Marrocos - Mogador		Santo Antão			1907
Joseph Julião Brigham (Joseph de Abraham Brigham)	Mogador - Marrocos		Santo Antão- Rª Grande	Comerciante Proprietário urbano e rural		1842-1907+
Isracl Cagi	Tânger		Praia - Santiago	Comerciante	Firma: Cagi, Cardozo, com Fortunato Cardozo e Mair Buzaglo (1855) Marcos Cagi & Sobrinho (1885)	1855 - 1885
Simão Anahory		Súbdito Espanhol	S.Vicente	Proprietário Vice-Consul do Brasil, Espanha e Dinamarca em S.Vicente (1877)		1877 - 1885
Mozes Zagury		Súbdito português	S.Vicente-Mindelo	Comerciante Industrial		1885-1906
Isaac Athias		Súbdito português	Santiago-Stª Catarina - Tarrafal (1900)	Proprietário		1877 - 1900
Fortunato Zagury		Súbdito Português	S.Vicente - Mindelo	Comerciante Vice-Cônsul da Dinamarca em S.Vicente (1885) por substituição	Com Pedro Gomes Barbosa para na ilha do Fogo proceder à exploração de minas de salitre e enxofre (1886)	1885-1886
Jaine Zagury		Subdito Português	S.Vicente - Mindelo	Vice-Consul da		1885

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
				Dinamarca na Ilha de S.Vicente (1885)		
David Wahnon	Gibraltar		S.Vicente	Negociante		1903
David Jacob Cohen	Marrocos	Francesa	Stº Antão - Vila D.Maria Pia	Comerciante		1888 - 1907
Joseph Abitból			S. Nicolau	Negociante		1867
Moisés Jacob Cohen (Moses Cohen)			Stº Antão - Vila D.Maria Pia	Comerciante		1882 - 1929+
Isaac Zafrany	Mogador - Marrocos		S.Vicente	Negociante		1897+
Isaac Pinto	Tánger		Stº Antão - Vila D.Maria Pia	Proprietário Comerciante		1907 - 1921+
Isaac Boadana			Stº Antão - Vila D.Maria Pia	Comerciante		1897 - 1904
Salomão Bendavid			Santiago - Praia	Comerciante Proprietário Patrão - mór da Ilha de Santiago (1900)		1900 -1934
Jacob Wahnon	Gibraltar	Britânica	S.Vicente - Mindelo	Negociante	Com Abílio Monteiro de Macedo (1919)	1907 - 1927
Isaac Wahnon	Gibraltar	Estrangeira	Stº Antão S.Vicente - Mindelo	Negociante		1903
Rachel Wahnon	Gibraltar	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo			1903
Alice Wahnon	Santo Antão	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Doméstica		1903
Merina Wahnon	S. Vicente	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Doméstica		1903
Aldegundes Wahnon	S. Vicente	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Doméstica		1903
Carmem Wahnon	S. Vicente	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Doméstica		1903
Judith Wahnon	S. Vicente	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Doméstica		1903

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Lea Wahnnon	S. Vicente	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Doméstica		1903
James Wahnnon	S. Vicente	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Negociante	Com Aguinaldo Vera-Cruz (1925)	1903 - 1925
Jonas Wahnnon	S. Vicente		S.Vicente - Mindelo	Comerciante		1903 - 1944
Donald Mascarenhas Wahnnon	S. Vicente		S.Vicente - Mindelo			1909
Abraham Julião Brigham	Santo Antão		Vila D.Maria Pia Santo Antão	Comerciante Proprietário Escrivão da Fazenda (1907) Vogal Junta Fiscal de Matrizes (1918)		1894-1941+
José Monteiro Levy	Santiago - Praia		Santiago - Praia	Comerciante Vogal do Tribunal Contencioso e de Contas, Comarca de Sotavento (1917)	Bento Levy & Filhos (1901-1917) Levy &Irmãos(1917)	1901 - 1917
Álvaro Monteiro Levy	Santiago - Praia		Santiago - Praia	Comerciante	Bento Levy & Filhos (1901-1917) Levy &Irmãos(1917)	1901-1917
Jayme Monteiro Levy	Santiago - Praia		Santiago -Praia	Comerciante Tesoureiro da Câmara Municipal da Praia (1945/49)	Bento Levy & Filhos (1901-1917) Levy &Irmãos(1917)	1901-1949
Fortunato Monteiro Levy	Santiago - Praia		Santiago- Praia	Comerciante Professor Administrador do Concelho da Praia (1914) Vogal do Tribunal de Contencioso e de Contas, Comarcas de Sotavento eBarlavento (1917) Vogal da Comissão Central de Subsistência (1919)	Levy &Irmãos(1917)	1917-1919

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Simão Monteiro Levy	Santiago - Praia		Santiago - Praia	Comerciante	Levy & Irmãos (1917)	1917
Salomão Joseph Abitból	S. Nicolau		S. Nicolau	Estudante Latim (1877) Comerciante Vogal suplente da Junta Fiscal de Matrizes (1918)		1877 - 1918
Raphael Moisés d'Oliveira	S. Nicolau		S. Nicolau	Estudante Francês, Português no Seminário Liceu de S. Nicolau (1877) Subdelegado Concelho S. Nicolau (1895)		1877-18956
Benjamim José d'Oliveira	S. Nicolau		S. Nicolau	Estudante de instrução primária (1877)		1877
Serafim José d'Oliveira	S. Nicolau		S. Nicolau	Estudante de instrução primária (1877); Estudante Seminário Liceu de S. Nicolau (1884)		1877 - 1888+
Júlio Bento d'Oliveira	S. Nicolau		S. Nicolau	Negociante		1880 - 1912
Júlia Maria d'Oliveira	S. Nicolau		S. Nicolau	Proprietária		1888 - 1912
Leão Benholiel	Boavista		Boavista	Comerciante Industrial Vereador da Câmara (1891)		1885 - 1910+
David Benholiel	Boavista		Boavista	Comerciante Armador Professor Vogal do Tribunal da Freguesia Santa Isabel (1917) Agente do Registo Civil do Concelho da Boavista (1919)	Com Júlio de E. Carvalho - Firma "Carvalho & Oliel" (1900)	1872 - 1950+

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Salomão Benholiel	Boavista		Santiago e Boavista	Comerciante Armador	Sócio-Gerente da Sociedade Portuguesa, em nome colectivo, Salomão, Pereira, Neves com sede em Lisboa, sucursais em Santiago, Maio, Sal, (1917) Sócio Gerente da Firma Salomão Benholiel Ldª com sede na cidade da Praia, sucursais S.Nicolau, Stª Catarina e Fogo (1923) Vogal da Comissão Central de Subsistências (1919)	1874 - 1923
José Benholiel	Boavista		Boavista	Proprietário Industrial Secretário da Câmara (1899) Subdelegado do Julgado Municipal (1906) Vogal da Comissão Municipal da Câmara da Boavista Administrador do Concelho da Boavista (1919)		1870 - 1923+
Simão Benholiel	Boavista		Boavista			1891
Simy Benholiel	Boavista		Boavista			1891
Rachel Benholiel	Boavista		Boavista			1891
Ester Benholiel	Santiago - Praia			Doméstica		1914 - 1939
Rebeca de Carvalho Benholiel	Santiago - Praia			Doméstica		1918 - 1945
Luna de Carvalho Benholiel	Portugal - Camões					1920 - 1945

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Abraham Benholiel	Portugal - Lisboa			Estudante (1915) Empregado comercial (1947)		1915-1947
Israel Benholiel	Boavista			Estudante (1917)		1917-1932
João Vitorino Benholiel de Carvalho	Boavista		S.Vicente	Comerciante	Com Carlos Pinto Wahnon e Judith Benholiel de Carvalho - Firma J.B.C. Lda	1903-1938
Alexandre Benholiel de Carvalho	Boavista			Comerciante		1908-1945
Carolina Carvalho Benholiel	Boavista					1893-1944
Alexandrina Benholiel de Carvalho	Santiago - Praia					1911-1945
Alice Aida Benholiel de Carvalho Vera Cruz	Boavista		S.Vicente Mindelo	Empregada comercial		1902-1944
Maria Benholiel	Boavista		Boavista			1891
Isabel Benholiel	Boavista		S.Vicente			1906-1932
José Fernandes Benholiel	Boavista		Maio	Empregado Comercial		1908-1912+
Guiomar Lopes da Silva	R*Grande - S.Antão		S.Vicente			1906
José Monteiro	Fogo		S.Vicente	Comerciante		1907-1944
Jonas Wahnon	S. Vicente		S.Vicente	Comerciante		1903-1937
Verissimo Wahnon	Santo Antão		S.Antão	Professor		1886-1944+
Daniel Wahnon	Santo Antão		S.Antão	Proprietário		1886-1904
Fernando Wahnon	Santo Antão		S.Antão	Proprietário Advogado		1890 -1947+

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Fernando Wahnon Ferrira	Paúl - Santo Antão		S.Vicente			1928
Julio Bento d'Oliveira	Santo Antão		S.Vicente	Telegrafista		1905-1937
Maria Vitoria da Luz Brigham	Santo Antão		S.Antão	Doméstica		1902-1936
Margarida da Luz Brigham	Santo Antão		S.Antão	Doméstica		1907-1937
Raphael Anahory	Brava		Brava	Funcionário público Comerciante Proprietário		1904-1919
Leão David Cohen	Santo Antão		Santo Antão	Comerciante		1892-1942 +
Daniel David Cohen	Santo Antão		Santo Antão	Comerciante Delegado Administrativo Juiz de Paz (1897)		1890-1932
José David Cohen	Santo Antão		Santo Antão	Comerciante		1836-1948
Benjamim David Cohen	Santo Antão		Santo Antão	Juiz de Paz da freguesia de N ^a Sr ^a do Livramento, R ^a Grande (1918) Vogal Junta Fiscal Matriz, Si ^o Antão (1918)		1918
Eliseu David Cohen	Santo Antão		Santo Antão	Delegado Administrativo		1926
Maria dos Reis Cohen	S. Vicente		S.Vicente	Doméstica		1927
Carlota Benrós Martins	Santo Antão		Santo Antão	Doméstica		1879-1942
Pedro James Wahnon	S. Vicente		S.Vicente	Empregado comercial		1916-1942
Jayme Wahnon	S. Vicente		S.Vicente	Marítimo		1915-1932

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Margarida Benholiel	Santo Antão		Santo Antão	Doméstica		1919-1939
João Valentino d'Oliveira	S. Nicolau			Ourives		1885-1939
Júlio César Lopes da Silva	Santo Antão		S.Vicente	Telegrafista		1904-1939
Terêncio Africano Lopes da Silva	Santo Antão			Estudante(1914)		1914-1932
Cordelia Silva Wahnnon	Santo Antão			Doméstica		1894-1939
Fulgêncio Anahory	Boavista		S.Vicente	Empregado Comercial		1905
Júlio Benhaim Lima	S. Vicente		Angola			1884-1939
Maria da Luz Benhaim Leite	S. Vicente		S.Vicente			1909
Domingos Seruya	Santiago - Praia		Santiago - Praia	Proprietário Agricultor Oficial da Secretaria Geral do Governo Professor Régio		1884-1918+

Quadro II

FAMÍLIAS ORGANIZADAS

a) Família Benholiel

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Abraham Benholiel	Esther Benathar Benholiel	<u>Simy Benholiel</u> * Leão Benholiel <u>José Benholiel</u> <u>Salomão Benholiel</u> David Benholiel Rachel Benholiel Simão Benholiel Maria Benholiel	Antônio Isaac Benholiel Margarida Benholiel, filha de Antônio Isaac Benholiel (22-3-1919) Armando Augusto Benholiel de Carvalho Salomão Benholiel Clementino Benholiel de Carvalho
Simy Benholiel / Antônio Miguel de Carvalho		Carolina Carvalho Benholiel (5-10-1893) Alice Aida Benholiel de Carvalho (10-1-1902) João Vitorino Benholiel de Carvalho (17-12-1903) Alexandre Benholiel de Carvalho (27-11-1908) Alexandrina Benholiel de Carvalho (8-4-1911)	Daniel Andrade de Carvalho, filho de João Vitorino Benholiel de Carvalho e Berta Andrade Fernandes (4-9-1930) David Andrade Carvalho, filho de João Vitorino e de Berta Andrade Fernandes (10-1-1929) Maria Julia, filha de Paula, neta de José Benholiel
José Benholiel	Paula Mosso Benholiel Vicência Mosso Benholiel	Paula Mosso Benholiel (12-10-1893) Maria do Carmo Benholiel (16-7-1892) Irene Benholiel Benjamim Franklin Benholiel	Oldegard, filho de Maria do Carmo e Humberto Lisboa Santos, neto de José Benholiel Franklin José Benholiel, filho de Maria do Carmo e Humberto Lisboa Santos, neto de José Benholiel (1925)
Salomão Benholiel	Carolina Carvalho Benholiel	Esther Benholiel (7-3-1914) Rebecca de Carvalho Benholiel (19-5-1918) Luna de Carvalho Benholiel (31-12-1920) Abraham Benholiel (27-8-1915) Israel Benholiel (5-3-1917)	Daniel Benholiel de Carvalho Vera Cruz, filho de Alice Aida Benholiel de Carvalho e Aguinaldo Vera Cruz (28-8-1928) Miguel Smith Benholiel de Carvalho (sobrinho de José Benholiel)
Issac Benholiel	Guiomar Soares Brito	<u>Isabel Benholiel Lopes da Silva</u> <u>Ricardo Benholiel</u> José Fernandes Benholiel (1885-1912+)	Samuel Benholiel Francisco Benholiel Silva Norbertina Benholiel, filha de Margarida Benholiel (6-6-1914)
Isabel Benholiel Lopes da Silva / José Lopes da Silva		Julio César Lopes da Silva (16-12-1904) Terêncio Africano Lopes da Silva (14-10-1914) Antônio Isaac Benholiel (19-9-1892) Francisco Lopes da Silva Benholiel Ceriaco Benholiel Lopes da Silva Guiomar Lopes da Silva (29-9-1906)	Isaac Basílio Benholiel, filho de Francisco Benholiel Silva e Maria Salomão Benholiel Silva (14-6-1930) Aida Benholiel de Carvalho, filha de Alexandre Benholiel de Carvalho e Agtha Maria Oliveira (12-8-1933) José Manuel Lopes da Silva, filho de Francisco Lopes da Silva e Guiomar Lopes da Silva (3-9-1940)
Ricardo Benholiel	Carolina doÓ Carvalhal	Virginia (23-9-1888)	

* Os sublinhados referem-se a membros de uma mesma família que constituíram por sua vez uma outra família.

b) Família Auday

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Marcos Auday	Simy Auday	Bidi Auday Benchimol Rica Auday Rachel Auday Moses Auday	Salomão de M. Auday Salomão B. Auday Abraham Auday

c) Família Wahnon

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Issac Wahnon	Rachel Wahnon	Alice Wahnon Merina Wahnon Regina Wahnon Aldegundes Wahnon Carmen Wahnon Camilla Wahnon Judith Wahnon Lea Wahnon James Wahnon Maria Wahnon	David Wahnon João Wahnon Veríssimo Wahnon, filho de João Wahnon (1875) Pedro James Wahnon, filho de James Wahnon e Antónia Maria Wahnon (18-1-1916) Jayme Wahnon, filho de James Wahnon e Antónia Fortes (26-5-1915) Jonas Wahnon Dr. Fernando Wahnon, filho de Jonas Wahnon e Gertrudes Jesus Fer- reira (10-1-1868) Jacob Wahnon José Monteiro, filho de Jacob Wahnon e Amélia Jesus Monteiro (8-6-1907) Jonas Wahnon, filho de Jacob Wahnon e Amélia Jesus Monteiro (28-9-1903) Donald Mascarenhas Wahnon, filho de Jonas Wahnon e Alice Madeira Mascarenhas Wahnon (28-7-1929) Dinora Mascarenhas Wahnon, filha de Jonas Wahnon e Alice Madeira Mascarenhas Wahnon (30-9-1932) Esther Mascarenhas Wahnon, filha de Jonas Wahnon e Alice Madeira Mascarenhas Wahnon (23-9-1937) Daniel Wahnon Cordélia Wahnon, filha de Daniel Wahnon e Adelina Augusta Silva (17-1-1894) Maria Conceição Wah- non, filha de Marima Wahnon (25-11-1906) Maria Wahnon, filha de Maria Conceição Wahnon (26-11-1906) Jorge Wahnon
James Wahnon	Maria da Conceição Pinto Wahnon	<u>Carlos Pinto Wahnon</u> (27-3-1907)	
Carlos Pinto Wahnon	Alexandrina Benholiel de Carvalho	Raquel Alice Benholiel de Carvalho Wahnon Cohen (30-7-1935) Simy Benholiel de Carvalho (27-4-1934)	

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
			<p>Jorge Wahnnon, Júnior, filho de Jorge Wahnnon e Maria Eduarda Lopes Wahnnon (15-5-1911)</p> <p>Edith Ferreira Wahnnon, filha de Verissimo Wahnnon e Carlota Ferreira Wahnnon (26-2-1911)</p> <p>Carmem Wahnnon de Morais, filha de Verissimo Wahnnon e Ana Costa Resende (1903)</p> <p>Olga Wahnnon de Morais, filha de Carmem Wahnnon de Morais e Manuel de Jesus Leite de Morais (16-6-1930)</p> <p>Alberto Wahnnon de Morais, filho de Carmem Wahnnon de Morais e Manuel de Jesus Leite Morais (26-12-1925)</p> <p>Wittelinda Silva Wahnnon Ferreira</p> <p>Fernando Wahnnon Ferreira, filho de Lino Vitorino e Wittelinda Wahnnon Ferreira (16-4-1928)</p> <p>Maria José Wahnnon, filha de James Wahnnon e Antônia Fortes (23-11-1929)</p> <p>Ernestina Wahnnon</p> <p>Leonel Wahnnon Madeira, filho de Ernestina Wahnnon e Luis da Silva Madeira (11-8-1916)</p> <p>Elvira Fernanda Santos Wahnnon, filha de Eurico Silva Wahnnon e Maria Piedade Santos Wahnnon (17-1-1940)</p> <p>Oldegard Moisés Wahnnon, filho de Jacob James Wahnnon e Maria das Mercês Wahnnon (25-11-1932)</p>

d) Família Cohen

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Jacob Cohen	Donna Cohen	Moses Jacob Cohen	Samuel Cohen
David Jacob Cohen	Maria das Dores Pinto Costa	<p><u>Leão David Cohen</u> (11-9-1892)</p> <p><u>José David Cohen</u> (5-1-1886)</p> <p><u>Daniel David Cohen</u> (15-12-1890)</p> <p>Eliseu David Cohen</p> <p>Benjamim David Cohen</p>	
José David Cohen	Tereza Morais Cohen	Pedro Graciano Cohen (13-8-1928)	

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
		David Graciano Cohen (6-3-1912) Francisco José de Moraes Cohen (30-1-1940) Alvaro Lerenó Cohen (21-10-1933) José do Rosário Cohen (14-4-1930)	
Leão David Cohen	Isabel Francisca dos Reis Cohen	Maria dos Reis Cohen (22-7-1929) Marima dos Reis Cohen (31-10-1934) Deolinda dos Reis Cohen (16-4-1928) Elvira dos Reis Cohen* (11-10-1928), filha de Alice Melo Azevedo Lopes Margarida dos Reis Cohen (18-1-1937)	
Daniel David Cohen	Georgina Serra Cohen		

* Refere-se a filhos extra-matrimónio

e) Família Oliveira

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
José Bento d'Oliveira, filho de Hassam Abitbal e Nana Abitebal	Maria das Neves Spencer	Júlio Bento d'Oliveira Carlos Bento d'Oliveira Rafael d'Oliveira Maria das Neves d'Oliveira Júlia Maria d'Oliveira Ana Maria d'Oliveira	Raphael Moysés d'Oliveira Benjamim José d'Oliveira Serafim José d'Oliveira Olivia Oliveira Alfama, filha de Serafim José d'Oliveira e Emília Serra Oliveira (8-3-1880) António Manuel d'Oliveira
Júlio Bento d'Oliveira	Joana Baptista d'Oliveira	Júlio Bento d'Oliveira (29-10-1905)	
Júlia Maria d'Oliveira/ Dr. Bernardo José d'Oliveira		António Joaquim d'Oliveira José Bernardo d'Oliveira Joana Maria d'Oliveira	

f) Família Levy

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Fortunato Levy	Vitória Levy	<u>Bento Levy</u>	Simão Levy Rayn Levy James Levy Jacob Levy
Bento Levy	Paula Conceição Monteiro Levy	José Monteiro Levy Alvaro Monteiro Levy <u>Fortunato Monteiro Levy</u> Simão Monteiro Levy <u>Jayme Monteiro Levy</u>	António Gomes Levy, filho de Clarimundo Simão Levy e Maria Joana Gomes (13-6-1933)
Fortunato Monteiro Levy	Maria Júlia Barbosa Levy	Orlando Barbosa Levy (1916)	
Jayme Monteiro Levy	Mery Benholiel Levy	Bento Benoliel Levy (1911)	

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
		Bárbara Benoliel Levy (1903) Leonel Benoliel Levy	
Bárbara Benoliel Levy/Antônio Marcelino Pais Varela		Jaime Antônio Levy Varela Maria Fátima Levy Varela Martins Mery Levy Varela Solita Levy Varela	
Leonel Benoliel Levy	Aida Benoliel de Carvalho Levy		
Moysés Levy	Maria Cecília Loff Levy (1898+) Serafina Gomes de Barros Levy	Eugénia Levy (1926)	

g) Família Benrós

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
	Mazaltob Benrós	Issac Benrós Abraham Benrós	Carlota Benrós Martins, filha de Isaac Benrós e Gertrudes Filicidade Silva (1-1-1879) Gertrudes Benrós Martins, filha de Isaac Benrós e Gertrudes Filicidade Silva (1-1-1895) Augusta Firmino Benrós Susana Benrós de Melo, filha de Augusta Firmino Benrós e Jansênio Sousa Melo (11-8-1934) Emílio Firmino Benrós Firmo Ferreira Lima Benrós, filho de Emílio Firmino Benrós e Rosa Ferreira Lima Benrós (8-9-1925)

h) Família Brigham

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Abraham Julião Brigham	D. Semy Abraham Brigham	José Julião Brigham ou Joseph de Abraham Brigham <u>Ayres Julião Brigham</u>	Maria Vitória da Luz Brigham, filha de Abraham Julião Brigham e Vitória Maria da Luz (25-9-1902)
Ayres Julião Brigham	Esther J. Brigham	Abraham Julião Brigham <u>Marcos Julião Brigham</u>	Maria da Luz Brigham, filha de Abraham Julião Brigham e Vitória Maria da Luz (19-1-1907) Euridice Brigham Rocheteau Gomes Eduardo de Ascensão Rocheteau Gomes, filho de Euridice Brigham e José Manuel Gomes (1936)
Marcos Julião Brigham	Camila Wahnon Brigham		

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
			Julieta Brigham Neves Pinheiro, filha de Joana Brigham Neves e Júlio Andrade Neves (19-10-1912) Júlio Brigham Neves Pinheiro, filho de Julieta Brigham Neves Pinheiro e Armando Pinheiro (24-9-1939) Maria Manuela Brigham Neves Pinheiro, filha de Julieta Brigham Neves Pinheiro e Armando Pinheiro (24-9-1941) Zenaída Maria Brigham Ferreira, filha de Zulmira Brigham Sousa Ferreira e Sátiro Sousa Ferreira (28-10-1940) José Luis de Melo Brigham, filho de José Andrade Brigham e Idalina Antunes de Melo Brigham (18-11-1940) Armandina Brigham Gomes Marques da Silva, filha de Alexandrina Brigham Gomes e Daniel Nascimento Gomes (20-4-1933)

i) Família Alves

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Benjamim Alves	Cidália da Costa	Benjamim Alves (26-9-1907) Ivo Alves	

j) Outras famílias

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Jayme Anahory	Alegria Abohbot Anahory		Abraham Anahory James Anahory (irmão de Abraham Anahory) Isaac Anahory Salomão Anahory Moysés Anahory (irmão de Salomão Anahory) Rafael Anahory Moysés Anahory Simão Anahory Severo Anahory
Salomão Anahory	Ignez de Barros Monteiro Anahory		
Virgínia Anahory/ Anastácio Vicente Silva		Fulgêncio Anahory Silva (1-1-1905)	
Fulgêncio Anahory Silva	Maria da Conceição Sant'Ana Silva	Terêncio Casimiro Anahory Silva (4-3-1932) Napoleão Bonaparte dos Santos, (1931), filho de Paulina Antónia Santos*	
Jayme Levy Bentubo	Camilla Bentubo	António Levy Bentubo Rachel Levy Bentubo	Eugénia Levy Bentubo
António Levy Bentubo	Maria das Dores Monteiro		

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Mordecai Bendaham	D. Júlia		
Salomão Joseph Abitbôl	Júlia Maria do Rosário	João Valentino d'Oliveira (9-9-1885)	Joseph Abitbôl
Simão Benhaim	Francisca da Rocha Lima	Beatriz Benhaim Firmino (16-1-1876)	Júlio Benhaim Lima Maria Conceição Benhaim Leite Maria da Luz Benhaim Leite, filha de Maria Conceição Benhaim Leite e José da Silva Leite
Jacob Pinto	Mena Pinto	Isaac Pinto	Izael Medina Pinto, filha de Isaac Pinto e Maria Conceição Medina (12-8-1916)
Isaac Athias	Leopoldina Hidalgo Carrera Athias		
			Fortunato Zagury Jayme Zagury Mozes Zagury
			Isaac Azulay Manoel Azulay Julia Pereira Silva Azulay
			Jacob Seruya Isaac Seruya Samuel Seruya Domingos Seruya Aldonsa Seruya, filha de Domingos Seruya
			Arão Bendavid Salomão Bendavid Augusto Bendavid, filho de Salomão Bendavid Júlia Guilbermina Bendavid, filha de Salomão Bendavid José Bendavid Cristóvão Bendavid (1-2-1932) Yolanda Bendavid, filha de Manuel Bendavid e Alcinda Serra Bendavid (30-11-1890)
			Abraham Azancot James Azancot Jayme Azancot Salomão Azancot
			Isaac Augusto Izaguy (1885) Pedro Moisés Izaguy Maria da Luz Izaguy, filha de Pedro Moisés Izaguy e Maria Cecília Monteiro (26-3-1940)

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
			Salomão Pimenta Amâncio Júlio de Menezes Pimenta, filho de Salomão Pimenta
			Marcos Cagi Israel Cagi, sobrinho de Marcos Cagi
			José (Joseph Naury Moses Naury, irmão de Joseph Naury Isaac Naury